

DOSSIÊ: A 'POLI-PERIFERIA' E O 'GIRO PERIFÉRICO' NOS ESTUDOS URBANOS

PERIFERIAS COMO LUGARES DE (RE)EXISTÊNCIA DAS MULHERES: DO CORPO À CIDADE

Tuize S. Rovere*

*Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, RS, Brasil

Resumo

O artigo trata de como mulheres moradoras das periferias empobrecidas e menos providas de serviços públicos de apoio ao trabalho de cuidado desenvolvem suas (re)existências cotidianas diante dos processos de espoliação impostos aos seus corpos pela vulnerabilidade socioeconômica e pela política pública habitacional. A pesquisa enfatiza a intersecção entre gênero, raça e classe no acesso ao direito à cidade e na construção do espaço urbano, destacando as formas como essas mulheres atuam para atenuar os efeitos do trabalho precarizado, da subtração de direitos básicos, da sobrecarga do trabalho de cuidados e da habitação em lugares segregados socioespacialmente. É abordado o modo paradoxal de como a política pública habitacional se comporta como meio de acesso à moradia e, ao mesmo tempo, como mais um mecanismo de controle dos corpos femininos nos territórios, restringindo sua autonomia e mobilidade nas cidades. O estudo se aproxima da abordagem etnográfica, contando com a observação participante, as caminhadas pelo bairro, a roda de conversa entre mulheres e os cadernos de campo como procedimentos metodológicos para melhor compreender as formas cotidianas de (re)existir e fazer a cidade das moradoras do Residencial Viver Bem, na periferia sul de Santa Cruz do Sul (RS). São abordadas, ainda, as maneiras como essas mulheres constroem redes de ajuda entre si como estratégia de sobrevivência, desafiando a lógica disciplinadora do Estado. A análise se dá sob perspectivas feministas e decoloniais sobre as cidades e o espaço urbano, trazendo uma crítica à noção universalista do direito à cidade, defendendo a importância de reconhecer os modos plurais de habitar. O artigo leva à reflexão sobre como as cidades devem ser pensadas a partir da materialidade dos corpos nos territórios em que habitam, por meio do conhecimento das suas experiências concretas, superando abordagens normativas que perpetuam desigualdades.

Palavras-chave

Análise das Políticas Públicas; Desigualdade e Segregação Socioespacial; Direito à Cidade; Urbanismo Feminista; Mulheres e Cidades; Política Pública Habitacional Urbana.

SPECIAL ISSUE: 'POLY-PERIPHERY' AND THE 'PERIPHERAL TURN' IN URBAN STUDIES

PERIPHERIES AS PLACES OF (RE)EXISTENCE FOR WOMEN: FROM THE BODY TO THE CITY

Tuize S. Rovere*

*Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, RS, Brazil

Abstract

The article examines how women living in impoverished peripheries with limited access to public support services for care work develop their daily (re)existences in response to the processes of dispossession imposed on their bodies by socioeconomic vulnerability and housing public policies. The research emphasizes the intersection of gender, race, and class in access to the right to the city and the construction of urban space, highlighting the ways in which these women act to mitigate the effects of precarious work, the deprivation of basic rights, the overload of care work, and housing in socio-spatially segregated areas. The article explores the paradoxical role of public housing policies, which function both as a means of access to housing and as a mechanism of control over women's bodies in these territories, restricting their autonomy and mobility within the city. The study adopts an ethnographic approach, employing participant observation, neighborhood walks, women's discussion circles, and field journals as methodological procedures to better understand the everyday forms of (re)existence and city-making practiced by the residents of the Viver Bem Residential Complex, located in the southern periphery of Santa Cruz do Sul/RS. The analysis explores how these women build mutual aid networks as a survival strategy, challenging the state's disciplinary logic. The discussion is framed through feminist and decolonial perspectives on cities and urban space, offering a critique of the universalist notion of the right to the city and advocating for the recognition of plural ways of inhabiting urban territories. The article reflects on how cities should be conceptualized based on the materiality of bodies in the territories they inhabit, incorporating knowledge derived from their concrete experiences and overcoming normative approaches that perpetuate inequalities.

Keywords

Public Policy Analysis; Inequality and Socio-Spatial Segregation; Right to the City; Feminist Urbanism; Women and Cities; Urban Housing Public Policy.

PERIFERIAS COMO LUGARES DE (RE)EXISTÊNCIA DAS MULHERES: DO CORPO À CIDADE¹

Tuize S. Rovere

Introdução

O processo de urbanização brasileiro é permeado pela falta de moradia, questão marcada pela atuação do Estado enquanto agente de desapropriações e/ou de políticas que tomam a habitação como mercado a ser explorado. Ainda assim, nas últimas décadas, foram adotadas medidas que buscaram conciliar o crescimento econômico com o provimento de moradia para as populações mais vulnerabilizadas. Nesse contexto, surge o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) (Brasil, 2009), que atua como política habitacional e como medida econômica contracíclica em um cenário internacional desfavorável (Rolnik, 2015). Embora tenha apresentado significativos avanços, tal política permanece alicerçada em bases universalistas e excludentes, desconsiderando os diferentes modos de viver e habitar as cidades.

Ao mesmo tempo, questões de gênero, articuladas às de raça e classe, têm se apresentado como fundantes para a compreensão dos processos urbanos, ainda que permaneçam constantemente ignoradas na produção hegemônica das cidades. Esse modo de urbanizar, além de afastar grupos vulneráveis das possibilidades de acesso ao direito à cidade, funciona como promotor de segregação e higienização dos centros urbanos, deslocando populações não desejadas para lugares mais afastados (Kruger, 2020; Rolnik, 2015). Nesse contexto, os processos de apropriação e territorialização desempenhados pelas mulheres são frequentemente silenciados e dificilmente tomados como subsídios para as políticas públicas que as afetam. Mesmo que o acesso à casa tenha se mostrado como importante fator de emancipação de mulheres, em especial as que se encontram em situações de violência doméstica.

1. A autora agradece à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de doutorado que financiou esta pesquisa.

As espacialidades femininas são marcadas pelas construções sociais de gênero e pela divisão sexual do trabalho com suas intersecções. As bases materiais sobre as quais as mulheres constroem a vida são transpassadas pela crescente responsabilidade financeira sobre a família, pelo trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados, pela precarização do trabalho remunerado, pelo desemprego, pelo menor nível de renda, pela violência urbana e doméstica, pelo empobrecimento e, conseqüentemente, pela falta de moradia. A pobreza² no Brasil afeta cerca de 63% das mulheres negras e 40% das mulheres brancas (Ferreira; Bruno; Martins, 2019), enquanto a precariedade habitacional atinge 3,5 milhões de domicílios onde as responsáveis são mulheres³, ou seja, cerca de 60% do déficit habitacional no país (FJP, 2021). No que diz respeito ao PMCMV, 85% dos contratos subsidiados (voltados para populações de baixa renda) são assinados por mulheres (Brasil, 2024). Pensar o direito à cidade nessas bases implica não apenas explorar a desigualdade de acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos, mas fazê-lo abandonando o sujeito abstrato de direitos, sem cor, sexo e classe social ou sem estar submetido a ideologias e discursos hegemônicos. Longe de ser uma liberdade individual de acesso aos recursos urbanos, esse direito se constitui como uma prerrogativa coletiva de moldar o processo de urbanização (Harvey, 2008).

Teóricas feministas vêm reafirmando a materialidade do sujeito corporificado e cravado em um contexto social e geopolítico e apontando para uma perspectiva científica que não seja descolada dos corpos e seus significados (Curiel, 2020; McLaren, 2016; Repo, 2013; McDowell, 2000; Haraway, 1995) pelo menos desde a década de 1970. Porém, ainda que venha ganhando corpo no Brasil, nos campos da arquitetura e urbanismo e do planejamento urbano e regional, esse debate ainda não é suficientemente expressivo. São urgentes, por exemplo, pesquisas que possam ser usadas como subsídio para a elaboração e a implementação de políticas urbanas, revertendo a desconexão destas com a realidade heterogênea das mulheres que habitam as periferias empobrecidas das cidades brasileiras. Dessa forma, o objetivo da pesquisa⁴ que deu origem a este artigo é contribuir para a construção de novas abordagens que investiguem a heterogeneidade dos modos de habitar as

2. O Banco Mundial utiliza, como critério para definir pobreza, a renda *per capita* de 5,50 dólares mensais.

3. Mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos de até 14 anos, segundo critérios do IBGE.

4. Pesquisa realizada para a tese de doutoramento intitulada *Territórios de (re)existência: cidades, mulheres e as redes de cuidado como subversão da política pública habitacional*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/Unisc), defendida no ano de 2023 e contemplada com o Prêmio Capes de Teses 2024.

periferias urbanas com base nas experiências cotidianas das moradoras do PMCMV, as quais produzem suas (re)existências apesar e através das normas instituídas por essa política pública.

Os processos de apropriação do lugar de habitar forjam novas estratégias de fazer-cidades (Agier, 2015), que se configuram por meio das distintas formas de mobilidade dessas mulheres, de suas vivências, de suas trajetórias em busca de moradia, da formação de suas redes de ajuda etc. A política pública habitacional aparece nesse contexto enquanto organizadora, trazendo uma lógica de modulação ao espaço, buscando condicionar e coagir as práticas espaciais das moradoras, funcionando como um mecanismo de dominação e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 1997). Porém, num processo dialético, essa dinâmica permanece em conflito com a criatividade das vivências cotidianas que se traduzem em forma de (re)existência e subversão das normas impostas aos seus corpos-território. Nesse contexto, o corpo individual é indissociável do corpo coletivo, do território e da paisagem e se revela como composição de afetos, recursos e possibilidades que não são individuais, mas se singularizam porque passam pelo corpo de cada uma (Gago, 2020). A junção das palavras “corpo” e “território” permite também a percepção de que não há escassez, pois todos pertencemos a um corpo e a um território, evidenciando os processos de espoliação e despossessão de ambos.

Ao se recusarem, mesmo que inconscientemente, às múltiplas sujeições a que seus corpos-território são submetidos, em nome da própria sobrevivência e da sobrevivência de seus filhos e dependentes, essas mulheres estão resistindo em função da preservação da própria existência (Haesbaert, 2021), colocando em xeque os dispositivos de governamentalização (Foucault, 2008a; 2008b; 2019; Ionta, 2017). Essas (re)existências podem ser interpretadas como mecanismos que burlam os constrangimentos impostos pelo Estado por intermédio da política pública. As interlocutoras desta pesquisa desenvolveram mecanismos de sobrevivência e (re) existência forjados na falta, na subtração de direitos e na ausência de condições mínimas para a vida digna, que, nesse contexto, funcionam ainda como reação à espoliação de seus corpos, individual e coletivamente. Esses processos demonstram-se radicalmente heterogêneos, muito distantes do teor de grande parte das pesquisas e documentos formulados nas áreas do planejamento urbano e das políticas de habitação.

Para tratar desses assuntos, este artigo está organizado em três seções, além da presente Introdução e da apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados: a primeira aborda a importância da materialidade corporificada das mulheres para a compreensão das suas dinâmicas de apropriação urbana em relação à política pública habitacional; a seguir, a próxima seção trata da vivência empírica no Residencial Viver Bem e das formas de (re)existência desempenhadas pelas

moradoras; e, por último, apresentam-se considerações para expandir este campo de pesquisas e instigar novas investigações sobre o tema, como subsídios para futuras políticas públicas.

Procedimentos metodológicos

Na intenção de compreender melhor esses processos, investigou-se como as moradoras do conjunto Residencial Viver Bem organizam seus modos cotidianos de habitar a periferia sul, a mais empobrecida da cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul⁵. O residencial, finalizado e entregue aos moradores no ano de 2015 pelo PMCMV⁶, conta com 922 casas de 40,7 m², onde habitam cerca de 4 mil pessoas que precisam percorrer em torno de 10 km para chegar ao centro. A periferia sul da cidade, que também é a mais carente de infraestrutura urbana (Hoff, 2018), margeia a Zona Industrial municipal e nela estão localizados os empreendimentos voltados para trabalhadores de baixa renda, incluindo o Residencial Santo Antônio, primeiro a ser financiado pelo programa, no ano de 2012, e que conta com 240 apartamentos distribuídos em 18 blocos.

Foi realizada uma pesquisa exploratória que se aproxima da etnografia, acompanhando a formação e os encontros de uma roda de conversa entre mulheres⁷, além de outras demandas que surgiram no decorrer de aproximadamente um ano de convívio (2021-2022), como oficinas propostas pelas moradoras e brechós solidários, estes com a participação de toda a comunidade. A pesquisa foi amparada pelo procedimento metodológico de observação participante, buscando continuidade entre o fazer científico e a vida cotidiana (Piovani, 2007). O acompanhamento de algumas interlocutoras em suas atividades diárias, como levar os filhos à creche ou à escola, ir ao mercado e visitar familiares, foi fundamental para a compreensão daquilo que não é dito, mas pode ser observado (Shah, 2020). Os procedimentos utilizados vieram como resposta ao anseio de uma abordagem feminista e decolonial sobre a cidade, produzindo conhecimento plural, geopoliticamente engajado e crítico à matriz dominante.

Os cadernos de campo também configuraram uma importante dimensão da pesquisa, funcionando como registro de detalhes que auxiliaram na compreensão das dinâmicas das mulheres, como seus movimentos nos tempos e nos espaços. A intenção era entender como elas desempenhavam suas (re)existências e

5. Cidade de 133.230 habitantes, localizada a 151 quilômetros da capital Porto Alegre, no Vale do Rio Pardo.

6. Faixa 1, renda máxima de até três salários mínimos.

7. Encontros que aconteciam pelo menos uma vez por semana na casa das moradoras, com a presença de um número variável de mulheres, somando em um ano o total de 20 a 25 participantes.

transformavam suas realidades, muitas vezes servindo de apoio para suas famílias e umas para as outras, apesar da escassez material e do controle de seus corpos. Como revelou Certeau (2014) sobre seu trabalho de observação em caminhadas por Nova York, os comportamentos observados escapavam à disciplina, fazendo com que o autor buscasse elaborar sobre eles uma teoria das práticas cotidianas e do espaço vivido, a exemplo do exercício feito na caminhada pelo bairro Santa Vitória, descrita a seguir e registrada no Caderno de campo 02:

Foi a primeira vez que caminhei pelo bairro Santa Vitória sozinha: estacionei no CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] Beatriz e caminhei até a praça. Fazia sol e calor, e o cheiro doce de tabaco⁸ estava muito forte. No início era agradável, mas depois de um tempo se tornou enjoativo. Passei a tarde na praça com as(os) adolescentes. Elas(es) colocaram música, trouxeram lanches e pareciam muito empolgados com a arte que estavam produzindo⁹. Riam, dançavam e conversavam despreocupadamente. Só o nosso grupo estava na praça. Ao final da tarde, começaram a chegar outras pessoas, a maioria jovens, que formavam pequenos grupos em diferentes locais da praça. Alguns fumavam e bebiam enquanto escutavam música. Quando me despedi para ir embora, algumas jovens se ofereceram para me acompanhar até o CRAS: afirmavam que naquele horário não era seguro eu circular por ali. Foi uma tarde tranquila e repleta de lazer e cultura. Esse tipo de atividade não acontece dentro do residencial e evidencia a falta que faz um espaço qualificado de lazer como essa praça por lá (Caderno de campo 02, maio 2022).

Longe de ser uma pesquisa extrativista, esta proposta se realizou ao longo de trocas de vivências, de ajuda e conhecimentos, além do trabalho voluntário nas ações propostas pelo grupo formado. Assim, o campo empírico foi realizado sem categorias ou hipóteses *a priori*, mantendo um desenho de pesquisa aberto, que respondesse à realidade encontrada. Da mesma forma, as leituras que compõem o referencial teórico que dá suporte a este artigo surgem das reflexões resultantes da vivência cotidiana, sempre amparada por ponderações acadêmicas necessárias.

2. Corpo, casa e cidade – desconstruindo o sujeito descorporificado do urbanismo

Nesta seção, serão apresentados alguns dos conceitos fundantes para o entendimento da heterogeneidade presente nas periferias urbanas, como forma de

8. Nas épocas de safra, pela proximidade da periferia sul com as indústrias fumageiras, o cheiro de tabaco toma conta do ar.

9. Atividade de oficina de grafite promovida pelo CRAS do bairro Santa Vitória, que faz divisa com o Residencial Viver Bem e conta com a única praça com alguma infraestrutura nas proximidades.

contraposição às análises homogeneizantes do urbanismo normativo. Para isso, a materialidade do corpo, marcado pela realidade de ser mulher na cidade, toma um papel central na discussão, tanto por meio das dinâmicas de apropriação do lugar de habitação como em suas intersecções com as construções de raça e classe, numa perspectiva feminista e decolonial para a observação das periferias e da política habitacional que as atravessa.

A habitação, um dos fundamentos do direito à cidade (Lefebvre, 2016), oferece um ponto de vista sob o qual podem ser observados os processos urbanos. Numa perspectiva relacional, os lugares de habitar são resultado das práticas de apropriação, mas também das intervenções normativas impostas aos territórios. Essas práticas e mesmo o senso de pertencimento estão condicionados a estratégias políticas de coerção que se impõem na tentativa de direcioná-las. Porém, num processo dialético, essa dinâmica permanece em conflito com a criatividade das vivências cotidianas que se traduzem na forma de resistência e luta desde as margens das cidades (Carlos, 2007).

A perspectiva do lugar de habitar permite ainda pensar a construção social do espaço urbano, emprestando a dimensão da vida humana ao seu processo de formação. O lugar permite que seja possível refletir sobre “o viver e o habitar, o uso e o consumo e os processos de apropriação do espaço” (Carlos, 2007, p. 14). O lugar guarda em si as dimensões do movimento da vida e pode ser apreendido por intermédio dos sentidos do corpo. Pode-se entender, então, que a construção do lugar se dá em um processo de apropriação social do espaço urbano, que tem início na corporeidade material do sujeito e na escala do corpo, seguida pela escala do habitar. A apropriação urbana, por sua vez, pode ser lida como o processo de apoderar-se dos espaços vividos, adequando-os às necessidades da vida cotidiana, através da norma ou apesar dela, em movimentos de (re)existência, (re)significação e transformação, material ou simbólica.

O trabalho reprodutivo guarda em si uma intimidade particular com o lugar de habitar. Os cuidados domésticos, o ato de cozinhar, o cuidado com as crianças, idosos e doentes passam necessariamente pela relação individual corpo a corpo que se desenvolve na casa, numa multiescalaridade que se expande pela vizinhança, pela rua, pelo bairro e pela cidade, formando redes de apoio e adaptando o espaço de maneira a dar conta da vida cotidiana. Para as mulheres empobrecidas e periféricas¹⁰, que precisam contar ainda com a rede de apoio estatal para a

10. O termo “periferia” ou “mulheres periféricas” utilizado neste trabalho diz respeito a uma forma de habitar a periferia politicamente, assumindo ser uma fatia do espaço urbano configurada pela falta, mas também um espaço de criação de uma nova subjetividade. O “sujeito periférico”, morador da periferia que assume essa condição e tem orgulho desse lugar, surge como forma de (re)significá-lo a partir

realização de suas atividades (escolas, creches, postos de saúde etc.), essa apropriação do espaço adquire uma dimensão de sobrevivência, produzindo maneiras de habitar bastante específicas diante da escassez ou mesmo da inexistência desses serviços e equipamentos. As construções sociais sobre a família, a forma de educar os filhos, o controle de natalidade, a escola e a religião funcionam como mecanismos que visam manter os corpos femininos funcionais ao sistema. Esses mecanismos podem ter origem no Estado e suas políticas ou na sociedade e suas normas de conduta (Foucault, 2019). Os mecanismos estatais, na forma de políticas públicas (incluídas as políticas habitacionais), têm reafirmado os papéis de gênero, em que as mulheres são continuamente colocadas no lugar de responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Assim perpetuam a divisão do trabalho a partir de relações sociais de classe, sexo e raça, não proporcionando uma mudança estrutural na sociedade, mas corroborando a divisão capitalista construída sobre homens e mulheres, colocando os primeiros em situação de superioridade (Federici, 2019; Helene, 2019).

O acesso às políticas habitacionais ou de transferência de renda é condicionado ao trabalho de cuidado, normalmente a cargo das mulheres, perpetuando a divisão sexual do trabalho. As interlocutoras desta pesquisa demonstraram enorme preocupação com a manutenção dos programas sociais aos quais tinham acesso, uma vez que se tratava de uma importante fonte de recursos para a manutenção dos filhos. Embora quase todas fossem mães solo, mesmo as que tinham um companheiro, não contavam com nenhum apoio para o cumprimento dos requisitos necessários, como a carteira de vacinação atualizada ou a garantia de vagas para as crianças na escola. O tempo e o trabalho despendidos para suprir tais exigências muitas vezes inviabilizam o trabalho formal remunerado que poderia trazer mobilidade social a essas famílias. Há ainda o fato de que várias enfrentavam obstáculos no acesso a determinadas políticas e serviços públicos. Uma das situações acompanhadas foi a dificuldade para a realização do cadastramento no Programa Bolsa Família (transformado em Auxílio Brasil) durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Era preciso acesso a um dispositivo com internet para baixar um aplicativo ou ir pessoalmente a um CRAS portando documentos da família, e muitas dessas mulheres não contavam com nenhuma dessas opções. Além disso, o CRAS Beatriz, único disponível nas proximidades, estava sobrecarregado e com dificuldades de atendimento, segundo conversas com as funcionárias do local.

Apesar do discurso governamental de emancipação feminina, a política pública habitacional brasileira tem se comportado como mais um mecanismo de

da criatividade, da cultura e da potência, em que a lógica genocida do Estado é confrontada (D'Andrea, 2013). D'ANDREA, T. P. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 309.

controle de corpos no espaço urbano, especialmente corpos femininos, uma vez que essa população é presença majoritária nos conjuntos habitacionais, em atendimento à Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, em seu artigo 8º, inciso I (Brasil, 2023). Ainda que essa seja uma importante conquista dos movimentos feministas brasileiros, a forma como esses conjuntos habitacionais são implementados, em periferias empobrecidas e distantes, insuficientemente servidas de bens e serviços públicos, desconsidera que as mulheres são as principais afetadas pela dificuldade de mobilidade e acesso à cidade (Madariaga, 2004; Jirón; Mansilla, 2013). O patriarcado, enquanto estrutura de poder, se alicerça também nessa dificuldade. Ao desconsiderar a participação democrática da mulher na constituição das cidades e na escolha de seu local de habitação, recoloca-as num lugar de subordinação, fornecendo apenas autonomia parcial. O reconhecimento de sua falta de participação nesse processo, assim como a percepção das necessidades que identificam no residencial, é abordado na fala de algumas das moradoras:

Se me perguntassem, eu acho que as casas deveriam ter mais conforto, deveria durar realmente, melhor qualidade. O pátio não precisaria ser tão grande, mas necessitava ter mais cuidado no início. Parecia que era no meio do nada, só tinha uma argila, um barro vermelho. Não tinha árvore. Tinha que ter mais cuidado com as pessoa. É frio e úmido. Os piso verte água. Tinha que ter as entrada pros outros bairros, “ligamentos” entre eles. Pra gente poder circular (Kimberly, jun. 2022).¹¹

Conversar com outras mulheres é uma forma de desabafo. Só de colocar pra fora... Na pandemia a gente pôde ver, aumentou muito os casos de violência e de abuso das mulheres e das crianças. A gente vê. A gente sabe, mas elas não falam... mas a gente sabe. Gente que trabalhava fora e agora teve que ficar em casa, aí as mulheres e as crianças ficaram sujeitas àquilo ali. Eu acho que as leis têm que ser baseadas na realidade, no que existe aqui. As mulheres ficam com os filhos, então é muito mais difícil. Os homens vão, se têm que ir trabalhar, vão trabalhar nas obras... isso gera muita dificuldade pras mulheres aqui. Eles não se preocupam com os filhos. Elas têm que cuidar (Maria, maio 2022).

Assim, na medida em que silencia as mulheres, a política pública também pode se colocar como mais um mecanismo de controle patriarcal. No Brasil, o direito de acesso às políticas públicas habitacionais, especialmente as voltadas para as populações mais empobrecidas, tem como condicionantes o escrutínio e o controle da vida privada mediante os cadastros sociais junto ao poder municipal. Da mesma forma, a

11. Todos os nomes das interlocutoras desta pesquisa foram trocados para preservar a privacidade delas.

própria política, por meio de suas normas, busca imprimir limites sobre essas vidas, na medida em que determina os lugares, os tipos e as condições de habitação.

Esse mecanismo é perpetuado espacial e temporalmente ao definir os modos de uso das casas, coibindo reformas, ampliações e usos não residenciais, retirando a autonomia sobre o espaço de habitação. As consequências recaem, mais uma vez, sobre as mulheres e suas formas de sobrevivência cotidianas, ao reforçar a setorização do espaço urbano e a dicotomia entre público e privado, desconsiderando a maneira como os trabalhos produtivo e reprodutivo estão imbricados no espaço vivido. Esses poderes disciplinares e regulatórios (Foucault, 2019) agem sobre os corpos numa tentativa de colonização e compartimentação do espaço (Mbembe, 2020), desconsiderando a pluralidade que se apresenta dia a dia nas periferias. Esses processos podem provocar efeitos de marginalização e exclusão, em razão de atuarem para a neutralização dos sujeitos, deixando às margens todos aqueles que estão marcados pela diferença. Os efeitos desses mecanismos são perpetuados socialmente, em especial sobre corpos racializados, na manutenção de privilégios ou na usurpação de direitos, determinando em última instância suas rotinas, o movimento de seus corpos e os espaços aos quais pertencem ou não. O filho de Rosa, uma das participantes da roda de conversa, teve seu lugar de não pertença ao centro da cidade reafirmado pela violência sofrida:

Rosa chegou na reunião muito nervosa, seu filho “apanhou” no centro da cidade, foi acusado de roubar uma bicicleta na frente da loja Renner (numa das ruas mais movimentadas do centro de Santa Cruz do Sul. Nas proximidades ficam as lojas, restaurantes e cervejarias frequentadas pela camada mais rica da população). “Chamaram a polícia, a mulher tinha um vídeo, mas não era ele”. Segundo ela o agressor de seu filho saiu de dentro de uma loja e usava uma camiseta com o escrito “Eletro”. Mesmo com essa informação, a polícia não fez o boletim de ocorrência na hora, mandaram Rosa voltar amanhã. Mas Rosa acha que não vai denunciar, está muito nervosa e com medo: “A humilhação que meu filho passou, o menino tá arrasado, não quer mais sair. Tu acha que se fosse filho de rico iam bater assim?”. O filho da Rosa é negro, tem tatuagens e o cabelo descolorido (Caderno de campo 01, dez. 2021).

Historicamente, as políticas de urbanização funcionaram como veículos de promoção de segregação e higienização das cidades, afastando populações indesejáveis – como o filho de Rosa – para lugares distantes dos centros urbanos mais bem estruturados (Rolnik, 2015; Kruger, 2020). A política pública habitacional atua como um dos meios pelos quais é possível o desenvolvimento de tais ações: o viés fundamentado na propriedade privada e na espoliação urbana atende mais ao mercado financeiro do que aos interesses sociais envolvidos, perpetuando um

modelo excludente, predatório e patrimonialista de urbanização (Rolnik, 2015). São violentos processos coloniais de expropriação e despossessão corpo-territorial que submetem populações inteiras e permanecem justificados como base do desenvolvimento e do discurso progressista (Gago, 2020). No caso das mulheres, o resultado é a realidade materializada no trabalho reprodutivo, no empobrecimento, na falta de acessos aos bens e serviços públicos urbanos, no desemprego, no trabalho precarizado, na violência de gênero, na violência doméstica e na segregação urbana. Maria, moradora do residencial, foi submetida, com seus filhos, ao rompimento de sua rede de apoio familiar, ao mesmo tempo que a distância e a falta de infraestrutura a impediram de acessar a rede de apoio pública:

Quando a gente veio pro residencial, eu não tinha com quem deixar eles pra trabalhar. Eu morava no Margarida, minha mãe ficou lá, era muito longe, do outro lado da cidade. Eu não tinha com quem deixar, eu deixava eles sozinho, trancado dentro de casa. Eles não saíam pra fora, eles só espiavam pra fora. No início foi tudo muito difícil, era tudo muito longe, esse é o problema desses residenciais. É muito longe. Eu vejo essa dificuldade nesses loteamentos (Maria, maio 2022).

Assim, o direito à cidade, enquanto discussão pautada na neutralidade, se torna um significativo sequestrado pela lógica patriarcal. Nesse sentido, as teóricas feministas vêm reafirmando a materialidade do sujeito corporificado e cravado em um contexto social e geopolítico e apontando para uma perspectiva científica que não seja descolada dos corpos e seus significados (Curiel, 2020; McLaren, 2016; Haraway, 1995). A própria noção do que é conhecimento válido está intimamente ligada a uma pretensão de isenção e objetividade científicas, que na prática respondem à perspectiva do homem branco ocidental, tomado como sujeito neutro e racional. A adoção da suposta neutralidade do sujeito subtrai as bases materiais e corporificadas do eu (McLaren, 2016; Mbembe, 2020), passando a corresponder a um sujeito idealizado. Para as sociedades ocidentais, o corpo é a base sobre a qual a ordem social é fundada, portanto, está em evidência e é passível de construções e controles sociais e políticos, especialmente o corpo das mulheres:

Como tal, invoca um olhar, um olhar de diferença, um olhar de diferenciação – o mais historicamente constante é o olhar generificado. Há um sentido em que expressões como “o corpo social” e “o corpo político” não sejam apenas metáforas, mas possam ser lidas literalmente. Não surpreende, portanto, que, quando o corpo político precisou ser purificado na Alemanha nazista, certos tipos de corpos tiveram de ser eliminados (Oyewùmí, 2021, p. 28).

Na história das sociedades ocidentais, o corpo e o que se refere a ele vêm sendo tomados como inferiores às coisas da mente, vinculados ao lado degradado da natureza humana. De acordo com o dualismo cartesiano, o corpo seria uma armadilha da qual as pessoas racionais deveriam escapar (Oyewùmí, 2021). Assim, ele passa a ser tomado como o oposto ao racional, de modo que todos aqueles que têm a marcação corporal do diferente – mulheres, negros, indígenas, doentes, pessoas com deficiência etc. – passam a ter a marcação de inferior, ligada ao irracional e dominada pelo instinto e pelo afeto: “elas são o Outro, e o Outro é um corpo” (*ibid.*, p. 30). O corpo é, ainda, um importante lugar de luta feminista e também o campo de inscrição e corporificação das normas e códigos sociais e culturais de gênero (McLaren, 2016). Oyewùmí (2021), ao refletir a respeito das construções de gênero sobre os corpos, afirma que uma contribuição fundamental do discurso feminista para a compreensão das sociedades ocidentais é a afirmação da natureza corporificada, generificada e androcêntrica de todas as instituições e discursos que a compõem. A dimensão da corporificação da construção de categorias e epistemologias não pode ser subestimada (*ibid.*). É através do e pelo corpo que agem os mecanismos de controle que atuam sobre as mulheres e sujeitam seu fazer cotidiano para a manutenção do status quo. É nesse sentido igualmente que atuam as políticas públicas habitacionais.

Para Repo (2013), a ideia de controle não pode ser dissociada do atravessamento de raça: enquanto o discurso sobre a sexualidade serve para gerenciar a vida, o conceito de raça é necessário para determinar quais vidas devem ser promovidas ou reguladas (*ibid.*). Assim, a mulher pobre e negra concentra fatores de vulnerabilidade e controle extremos, que envolvem desde a objetificação do corpo à omissão do Estado em relação às políticas públicas de promoção da vida. Para Mbembe (2020), o racismo nada mais é do que uma tecnologia que permite o exercício do biopoder, ou o direito soberano de matar (ou de deixar morrer). Acontece que o racismo também é condição estruturante na produção do espaço urbano brasileiro (Leandro, 2019), e as cidades brasileiras são herdeiras da realidade escravista, em que as desigualdades raciais estão profundamente marcadas.

A atuação da mulher negra como força de trabalho nas cidades foi elemento fundamental e ainda hoje sustenta a base (re)produtiva da sociedade brasileira, que se configura como capitalista, heteronormativa, pós-escravocrata e patriarcal. A subalternização da mulher negra nesse contexto configura inevitavelmente uma diferenciação de classe (Manzi; Anjos, 2021). Uma das moradoras conta como marcadores corporais de racialização, como seus cabelos crespos, funcionam como fatores de subalternização e exclusão social, impedindo seu acesso ao emprego e a melhores condições de vida:

Kimberly tem os cabelos crespos e longos. Hoje eu perguntei por que não usa solto e elogiei seus cabelos. Ela me respondeu que não pode usar soltos porque não tem dinheiro para comprar xampus e cremes específicos para seus cabelos crespos. E que muitas vezes lava com sabão. Ela contou ainda que acredita que as pessoas têm preconceito, que o cabelo solto sem o tratamento (que ela considera) adequado faz as pessoas olharem diferente. “É difícil arranjar emprego de cabelo solto. Na escola também olham estranho. Uma coisa é uma guêria com o cabelo hidratado, com o crespo arrumado. Outra coisa é o cabelo crespo ressecado, solto, ou até sujo. Ninguém te dá trabalho” (Caderno de campo 01, jan. 2022).

Mais uma vez a construção de não pertencimento e exclusão socioespacial afeta diretamente a vida das moradoras, impedindo sua emancipação, apesar do acesso à moradia por intermédio de políticas públicas. Os padrões do urbanismo atual reafirmam os papéis de gênero e as hierarquias raciais. Especialmente às mulheres vulnerabilizadas, empobrecidas e negras, é determinado o lugar nas periferias urbanas, às margens das cidades, às margens da cidadania e dos direitos socioespaciais. Além disso, a mesma política habitacional escrutinadora dos espaços expressa branquidade em sua ontologia (Paterniani, 2019), na medida em que se propõe organizar o espaço de forma universalizante, apagando as particularidades dos diferentes corpos e realidades sociais na tipologia das casas, na predeterminação dos usos, no que é interdito ou no que é permitido.

Foi apenas a partir do século XX que as ciências sociais passaram a enfatizar as corporeidades como uma importante dimensão constitutiva do sujeito, especialmente nos estudos feministas. Na América Latina, essa é uma realidade ainda mais recente (Silva, 2007; Haesbaert, 2021). Contudo, é pela corporeidade que o indivíduo pode se apropriar do espaço, fazer o espaço vivido no cotidiano e, assim, territorializar-se (Lindón, 2006). O território então parte da esfera do vivido (Haesbaert, 2021) e das práticas cotidianas. Por outro lado, descorporificar o sujeito é negar suas necessidades humanas mais básicas (McLaren, 2016), desqualificando e invisibilizando o trabalho de cuidado, realizado majoritariamente por mulheres negras. Os corpos femininos são tomados ao longo da história como território de saqueio, dos quais se extraem “recursos grátis” no trabalho doméstico, no trabalho camponês e no trabalho subalternizado das mulheres que habitam as periferias das cidades, numa exploração colonial e heteropatriarcal (Gago, 2020).

Assim, é impossível discutir a cidade sob uma perspectiva feminista e decolonial sem corporificar os sujeitos. Para Agier (2015), personificar é a forma de reverter a ideia de direito à cidade enquanto direito universalizado, personalizando-o pela observação das experiências concretas no espaço. A própria natureza

corpórea que determina a visão sobre determinada realidade constitui uma forma de saber localizado e não absoluto, que entrega uma das possibilidades de construção de conhecimentos profundamente enraizada na nossa materialidade humana (Haraway, 1995). A colonialidade infiltrada em todos os aspectos da vida cotidiana e que se revela nos níveis do corpo, do trabalho, da lei, da propriedade privada tem sua lógica enfrentada por pessoas cujos corpos, de modo relacional, (re)existem às formas capitalistas de existir (Lugones, 2014). Indo além, na perspectiva de Gago (2020), o corpo individual é indissociável do corpo coletivo, do território e da paisagem, e se revela como composição de afetos, recursos e possibilidades que não são individuais, mas se singularizam porque passam pelo corpo de cada um:

Corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação (Gago, 2020, p. 107).

Para Gago (2020) a junção das palavras corpo e território mostra que é impossível recortar o corpo individual do corpo coletivo e o corpo humano do território em que habita. Essa ideia, segundo a autora, também permite a reflexão sobre como não há escassez, uma vez que não há quem careça de corpo ou de território; há, sim, processos de espoliação ou despossessão. Assim, o conceito se apoia na ideia de que as mulheres e as corporalidades dissidentes que nutrem e ao mesmo tempo se nutrem situando o corpo como território não se limitam à percepção do corpo como propriedade respaldada em direitos individuais, mas se situam enquanto “matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (*ibid.*, p. 109).

Além disso, abre-se a possibilidade de olhar para as dinâmicas espaciais periféricas com base nesse mesmo viés corporificado, imbuído de sentidos e formas específicos de apropriação. É a partir do corpo que se formam também as redes de ajuda que atendem às demandas que, por sua vez, são corporificadas e especializadas, como será exposto na seção seguinte.

3. A vivência do campo empírico e as redes de ajuda entre mulheres como forma de (re)existência nas periferias

Nas periferias urbanas, uma das formas de (sobre)vivência passa pela solidariedade e pelas redes de ajuda mútua – essa será a discussão trazida nesta seção. Diferentemente de relações pautadas pelo consumo, as trocas (de roupas e de alimentos, de ajuda na obtenção de serviços públicos), assim como as relações de cuidado, são fundamentais para a obtenção dos meios necessários para uma vida digna. Organizar-se para conseguir doações, por exemplo, é uma das formas de

apoio mais utilizadas entre as mães moradoras do Residencial Viver Bem. As doações são organizadas e distribuídas entre elas conforme as necessidades de cada uma, relacionadas à quantidade de crianças, idade e tamanho. A materialidade do corpo define as demandas a serem supridas em cada momento e a obrigação de responder a elas recai sobre as mulheres. O convívio na vizinhança e o reconhecimento pelas outras mulheres de quem costuma organizar a obtenção de recursos constituem uma maneira importante de organização e conhecimento informal. A formação da roda de mulheres facilitou essa dinâmica. Aos poucos, a comunidade foi identificando as mulheres que estavam à frente do trabalho e passaram a levar suas necessidades para o grupo. Pedidos como comida, roupas infantis, brinquedos e material escolar eram uma constante. Assim como pedidos de ajuda em situações de doença ou de violência doméstica, como no caso da moradora que apareceu em uma única reunião e, ainda que não tivesse uma relação próxima com nenhuma das mulheres do grupo, foi rapidamente atendida com a formação de uma eficaz, porém frágil, rede de ajuda:

Fiquei sabendo que Sandra (da reunião passada) tinha acabado de fugir de uma situação de violência doméstica levando apenas a “roupa do corpo” e seus documentos. As mulheres da comunidade, com ajuda de Dida, se organizaram e conseguiram uma peça sem banheiro nos fundos de uma das casas para que Sandra pudesse dormir, um fogareiro de uma boca e um “liquinho”¹², algumas roupas e cobertores e um colchão. Naquele dia estavam procurando uma pia de cozinha e uma cama. Quando perguntei de onde conheciam Sandra, a resposta foi apenas: “mora por aqui”. Nenhuma delas tinha relações anteriores de amizade ou parentesco com a mulher, que não apareceu novamente nas reuniões. Diante da minha surpresa, Dida me explicou: “ajudamos porque a maioria de nós já passou por essa situação”. Esse foi um dos muitos momentos em que compreendi a importância e ao mesmo a fragilidade das redes de ajuda entre as mulheres que ali residem, assim como a dimensão da materialidade territorializada do ser mulher (Caderno de campo 01, nov. 2021).

As mulheres, mesmo que inconscientemente, percebem o quanto precisam umas das outras e que, juntas, conseguem acessar um tipo de ajuda que não conseguiriam sozinhas. Esse tipo de fazer cotidiano abre espaço para novos modos de sociabilidade, de organização e pontos de vista, produzindo valor em sentido amplo, e não apenas valores capitalistas. Um exemplo dessa relação aconteceu em uma caminhada com Dida, para buscar suas filhas na creche:

12. Um pequeno botijão de gás de 2 kg, proibido de ser comercializado, porém ainda muito utilizado, especialmente para acender lampiões e fogareiros de uma boca.

Ela ia e voltava parando para conversar com outras mulheres. Muitas aproveitavam para pedir auxílio, pois reconheciam em Dida uma liderança que movimentava as redes de ajuda dentro do residencial. Certa vez, paramos para conversar com dona Fabrícia, na frente da sua casa/brechó. A idosa aproveitou o momento para contar sobre o quão trabalhoso era marcar exames de saúde e buscar os remédios receitados pelo médico. Dona Fabrícia se locomovia com bastante dificuldade, e, pela nossa conversa, não tinha ajuda de outras pessoas para realizar as tarefas cotidianas. Dida se dispôs a fazer a marcação de exames e buscar os remédios. Alguns dias depois, ela contou na roda de conversa que iria juntar o dinheiro para pagar um Uber para dona Fabrícia ir até o hospital marcar seus exames. Nessas caminhadas cotidianas foram observadas várias formas de apropriação do espaço e formação de redes de ajuda entre mulheres, como a formada entre Dida e dona Fabrícia (Caderno de campo 02, abr. 2022).

Uma das reações das mulheres no que se refere à distância do mercado formal de trabalho é viver de políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, aliadas a trabalhos informais esporádicos, como diaristas, babás, ou prostituição. Essa condição, na visão dessas mulheres, permite acompanhar suas crianças para que se mantenham na escola e, assim, tenham a possibilidade de uma vida diferente de suas mães ou cuidadoras. No entanto, o que pode ser visto como insubmissão e (re)existência ao sistema patriarcal, ou mesmo como uma contraconduta (Foucault, 2008a; Ionta, 2017), paradoxalmente é também o que mantém essas mulheres na estagnação econômica, sem a possibilidade de emancipação e autossuficiência financeira. A maneira como elas habitam a periferia e se apropriam do espaço urbano, sua visão espacial, sua capacidade de percepção e apreensão da cidade e do local onde moram, seus deslocamentos, seus valores e ideais, constituem uma forma específica de conhecimento e experiência do que é a cidade, do que é importante ou desejado, do que é visível ou invisível aos olhos delas. É o princípio da cidade múltipla, que parte do ponto de vista das práticas, das palavras e das relações entre seus habitantes, diferente, mas não menos real do que a cidade dada, dos urbanistas e planejadores urbanos (Agier, 2015).

Tornou-se impossível compreender os processos de apropriação e territorialização das interlocutoras desta pesquisa sem olhar para suas práticas urbanas entremeadas pelas redes de ajuda. Uma das primeiras histórias ouvidas, logo no primeiro encontro em roda, foi a da Rafa, uma menina de 5 anos de idade. Sua mãe trabalhava o dia todo e ela ficava aos cuidados do avô, um idoso de 70 anos com dificuldades de locomoção. Uma tarde, a menina anunciou ao avô que fugiria de casa, e assim fez. Ao dar falta da criança, o avô acionou as vizinhas, que imediatamente saíram à procura dela. Organizadas em grupos, fizeram uma varredura no

residencial e nas proximidades e acabaram a encontrando às margens da BR 471. Bela, outra moradora, contou que a mãe de Rafa ligava “a cada cinco minutos”, desesperada por não poder deixar o trabalho para procurar a filha. Antes que a mulher conseguisse fazer alguma coisa, Rafa já estava na casa de uma vizinha, comendo e brincando com os filhos desta, esperando pela mãe em segurança. Essas situações, que se dão num espaço e num tempo de apropriação marcados pelos usos e percursos desenvolvidos na prática cotidiana, são construídas em eventos corriqueiros, aparentemente sem importância, mas que constituem laços entre as pessoas e destas com os lugares (Carlos, 2017).

Neste movimento espaçotemporal, os lugares são marcados pela presença e, por isso, ganham significado recriando possibilidades e impondo limites à realização da vida. Como espaço palpável, os lugares da vida real e concreta (espaço-tempo apropriáveis) são a extensão exterior, o que está fora de cada um, e, ao mesmo tempo, revelam-se ao cidadão como elemento de suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por uma série de sentidos impressos pelo movimento do uso e definidos através das propriedades do tempo vivido, no conjunto da sociedade (Carlos, 2017, p. 40).

A prática cotidiana dessas mulheres, as relações sociais que estabelecem com os outros habitantes, os deslocamentos que realizam, enfim, a sua relação com o espaço em que habitam, definem a sua sensação de pertença ou não, seu grau de apropriação e sua percepção sobre o local e sobre a cidade em si. Essa relação, tão fortemente marcada pela configuração urbana e seus constrangimentos estruturais e pelas respectivas lutas, resistências e insurgências, se constitui em condições muito diferentes da relação que se estabelece com o centro da cidade.

É importante considerar que a realidade enfrentada pelas moradoras do Residencial Viver Bem repete a realidade enfrentada por mulheres pobres em outros lugares do mundo: constrangidas pela estrutura da divisão sexual do trabalho e morando nas periferias das cidades, encontram dificuldades para movimentar-se pelo espaço urbano, de forma a dar conta do trabalho remunerado e de cuidados, muitas vezes ficando impossibilitadas de exercer o primeiro formalmente. Os efeitos dessa segregação são percebidos pelas moradoras e expressos em seus discursos quando questionadas sobre sua percepção acerca de seu lugar na cidade. Ao ser solicitada que desenhasse um mapa da cidade situando o conjunto habitacional e o centro, Kimberly desenhou uma cidade murada, com diversas casas e ocupando o centro do papel, e, no canto inferior, um pequeno quadrado: “Esse aqui é o Viver Bem”. E continuou:

A melhoria de vida que eles pensaram pra gente era qualquer coisa. Ninguém pensou de verdade na gente. Ninguém perguntou pra gente. Eu gosto de morar aqui, o problema é como foi feito, como a casa foi feita. Mas a gente se acostuma, vai se ajeitando (Kimberly, jun. 2022).

Quando diferentes barreiras se sobrepõem, como a falta de dinheiro, o desemprego, a falta de apoio ao trabalho de cuidado, o afastamento dos centros urbanos mais bem providos de bens e serviços públicos, a violência doméstica e de gênero, a mobilidade torna-se um problema muito maior do que a simples falta de transporte público adequado (Jirón; Mansilla, 2013). Mesmo com o acesso à casa no Viver Bem, a falta de acesso ao trabalho remunerado permanece, fazendo com que a obtenção de moradia por meio da propriedade privada não necessariamente represente a superação de barreiras financeiras e temporais, como a falta de emprego ou a necessidade de cuidar sozinhas dos filhos e do serviço doméstico. Ao contrário, para muitas mulheres, especialmente nos primeiros anos depois da mudança, a precariedade e a falta de acesso aos bens e serviços urbanos foram ainda mais aprofundadas:

No início foi tudo muito difícil, era tudo muito longe, esse é o problema desses residencial. É muito longe. Eu vejo essa dificuldade nesses loteamentos. A minha mãe também foi contemplada em outro loteamento. Pra gente, hoje, a gente não escolhe, mas eu acredito que a gente é jogado pra certos cantos da sociedade... não é porque tu quer, não é porque tu é vagabundo. É porque não tem oportunidade igual aos outros. E aí eu fui jogada, eu não conseguia pagar aluguel, eu fui jogada num canto lá... as coisas são muito mais difíceis assim. Mas as coisas vão melhorando (Maria, maio 2022).

As narrativas das mulheres demonstram a construção das suas experiências de cidade desde seu lugar de moradia, contando sobre as barreiras justapostas que enfrentam, mas também sobre suas formas de (re)existir e de subverter, possibilitando acessos transformadores de suas vivências. Foi por meio dessas vivências cotidianas que se deu a compreensão do porquê de as políticas públicas que oferecem acesso à moradia não serem suficientes para uma modificação efetiva na vida dessas pessoas: a falta de participação democrática tanto dos implementadores locais como das(os) futuros(as) moradores no processo de elaboração e implementação dos projetos.

Assim, foi possível compreender a importância de (re)conhecer os diferentes modos de habitar e as realidades territoriais cotidianas para poder contrapô-las aos discursos hegemônicos sobre a formação dos territórios, considerando que a

cidade é um eterno devir, um conceito sempre em formação e em disputa, que deve ser (re)conhecido desde suas fronteiras, uma vez que é ali que a necessidade de produção de sentido se intensifica e onde as relações de poder se evidenciam (Pereira Neto, 2017).

Considerações para continuar

Na medida em que as mulheres constituem a maior parte das moradoras dos conjuntos habitacionais produzidos como resultado do PMCMV, pode-se considerar que esses lugares se constituem como “territórios de (re)existência”¹³ que surgem em decorrência das práticas generificadas de resistência diante de processos de desigualdade, discriminação, exploração e opressão (Tavares, 2015). Essas (re) existências se ampliam em suas práticas cotidianas a partir do vivido e da escala do corpo. São atos de contraconduta (Ionta, 2017) silenciosos, como deixar os filhos sozinhos em casa para poder trabalhar, dividir os cuidados/deslocamentos das crianças com as vizinhas, dividir as cestas básicas que a prefeitura fornece, dividir outros alimentos, roupas e objetos conseguidos em doações, olhar os filhos da vizinha enquanto ela trabalha, cuidar das vizinhas doentes, abrigar mulheres da comunidade vítimas de violência doméstica, dividir o custo do transporte para ir até o centro em busca de algum auxílio ou acesso às políticas sociais, dividir o espaço de moradia para ajudar umas às outras... a lista de práticas que possibilitam a existência das mulheres é imensa.

A proposta de pesquisa que deu origem a este artigo foi a de compreender essa pluralidade dos modos de fazer-cidade e de habitar as periferias urbanas a partir da realidade das mulheres moradoras de um conjunto habitacional implementado como resultado de uma política pública habitacional, contribuindo para a construção de novas abordagens que considerem tais saberes como parte importante para a compreensão das cidades, ampliando os horizontes de pesquisa ao incluir experiências historicamente invisibilizadas. O habitar não pode ser desvinculado dos modos de vida de seus habitantes, sob a pena de perpetuar e aprofundar desigualdades abissais na tessitura das cidades.

Por fim, torna-se importante ressaltar ainda a relevância do protagonismo das mulheres e de outras minorias na produção de seus espaços na cidade, contribuindo para que essa problemática venha à tona no contexto do planejamento urbano e regional. Os resultados desta pesquisa evidenciam uma necessária ruptura nos processos de produção de periferias, onde planejadores, gestores e

13. Adaptação da expressão utilizada por Tavares (2015, p. 21): “espaços generificados de resistência”, para se referir a espaços forjados por movimentos cotidianos de resistência das mulheres na cidade.

implementadores sejam coadjuvantes, deixando que os interesses, as subjetividades e os modos de viver das populações que serão afetadas pelas políticas públicas urbanas emergjam de processos participativos que antecedam e balizem os projetos.

Referências

- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Revista Mana*, 21(3), p. 483-498, 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 8 jul. 2009.
- _____. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e outras. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 14 jul. 2023.
- _____. Ministério das Cidades. MCMV: 85% dos contratos subsidiados são assinados por mulheres. Brasília, DF: MCID, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/mcmv-85-dos-contratos-subsidiados-sao-assinados-por-mulheres>. Acesso em: ago 2023.
- CARLOS, A. F. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur, 2007.
- _____. *O espaço urbano: Novos escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2017.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERREIRA, L; BRUNO, M.; MARTINS, F. B. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha de pobreza. *Gênero e número*, 2019. Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/casas-mulheres-negras-pobreza/>. Acesso em set 2022.
- FJP. Fundação João Pinheiro. *Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019*. Belo Horizonte: FJP, 2021.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

- GAGO, V. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.
- _____. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; Niterói: Clacso; Universidade Federal Fluminense, 2021.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, set-out. 2008. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em: 6 maio 2020.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Caderno Metrôpoles*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019.
- HOFF, T. S. R. *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.
- IONTA, M. Das amigas femininas e feministas. In: RAGO, M.; GALLO, S. *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: CNPq; Capes: Fapesp: Intermeios, 2017. p. 375-385.
- JIRÓN, P.; MANSILLA, P. Atravesando la espesura de la ciudad: vida cotidiana y barreras de accesibilidad de los habitantes de la periferia urbana de Santiago de Chile. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 56, p. 53-74, 2013.
- KRUGER, N. R. M. *Fique em casa? A questão habitacional no Brasil: da retórica sobre o direito à moradia e programa Minha Casa Minha Vida até a realidade pandêmica*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- LEANDRO, G. (Gaia). Direito à cidade e questões raciais. *Coletiva*, dossiê 24. Direito à Cidade, 2019.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Itapevi: Nebli, 2016.
- LINDÓN, A. Territorialidad y género: una aproximación desde la subjetividad espacial. In: KURI, P. R.; DÍAZ, M. A. (coord.). *Pensar y habitar la ciudad: afectividad, memoria y significado en el espacio urbano contemporáneo*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3) dez. 2014.
- MADARIAGA, I. S. *Urbanismo com perspectiva de género*. Instituto Andaluz de la Mujer. Andalucía: Escandón Impresores, 2004.
- MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, 2021.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

- McDOWELL, L. *Género, identidade y lugar: um estudio de las geografías feministas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.
- McLAREN, M. A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.
- OYEWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PATERNIANI, S. Z. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. 2019. 250 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.
- PEREIRA NETO, F. L. Observar a cidade e seus habitantes: a contribuição da etnografia. *Revista Píxo*, v. 1, n. 3, p. 102-115, primavera 2017.
- PIOVANI, J. I. La observación. In: MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. I. *Metodología de las ciencias sociales*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- REPO, J. The life function: the biopolitics of sexuality and race revisited. *Theory & Event*, v. 16, n. 3, jan. 2013.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SHAH, A. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária. *Revista Antropologia UFScar*, 12 (1), p. 373-392, jan./jun. 2020.
- SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Revista Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul./dez. 2007.
- TAVARES, R. B. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2015.

Cadernos de campo

- ROVERE, T. Caderno de Campo 01: agosto de 2021 a janeiro de 2022. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2023.
- _____. Caderno de Campo 02: janeiro de 2022 a maio de 2022. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2023.

Fontes orais

- Maria. Entrevista cedida a Tuize Rovere. Santa Cruz do Sul, maio 2022. 2h43min.
- Kimberly. Entrevista cedida a Tuize Rovere. Santa Cruz do Sul, junho 2022. 1h13min.

Tuize S. Rovere

Doutora e mestra em Planejamento Urbano e Regional/Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc, 2018, 2023), com tese premiada pelo Prêmio Capes de Tese 2024. Atualmente cursa estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PPGRAU/UFPel) com bolsa Capes de pós-doutoramento. Tem pós-graduação em Gestão Ambiental pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc, 2009). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (FAUrb/UFPel, 2005). Pesquisadora membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia e Políticas Públicas da Unisc (Gedepp) e do Gedepp – CNPq, do Observatório dos Conflitos da Cidade (UCPel) – CNPq e do Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos e Regionais (Gepeur/Unisc) – CNPq. Desenvolve pesquisa na área de urbanismo feminista e decolonial, redes de cuidado, biopolítica, políticas habitacionais e a relação das mulheres com a cidade.

Email: tuize.rovere@gmail.com

ORCID: [0000-0001-9403-9747](https://orcid.org/0000-0001-9403-9747)

Submissão: 30 de abril de 2024.

Aprovação: 21 de fevereiro de 2025.

Editores da RBEUR: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Editores do Dossiê: Matthew A. Richmond, Patrícia Maria de Jesus e Jean Legroux.

Como citar: ROVERE, T. S. Periferias como lugares de (re)existência das mulheres. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202518, 2025 DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202518>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR